

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO PARÁ - CAU/PA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARÁ - CAU/PA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balancos financeiros

Balancos orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA
Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual e emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) limitação de escopo relacionada à vida útil dos bens do ativo imobilizado. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/PA a partir de 1º de janeiro de 2017.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 31 de março de 2017.

CAU - PA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARÁ

CNPJ: 14.974.293/0001-12

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.997.562,72	1.031.050,05	PASSIVO CIRCULANTE	86.762,84	57.739,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	933.778,78	959.865,11	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	110,04
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.050.354,61	71.184,94	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	13.429,33	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.429,75	3.802,69
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	77.993,43	53.826,35
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.191.695,00	1.227.543,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.339,66	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	1.191.695,00	1.227.543,23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	158.216,29	142.059,03	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	1.140.000,00	1.140.000,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	106.521,29	54.515,80	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	86.762,84	57.739,08

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	3.102.494,88	2.200.854,20
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.102.494,88	2.200.854,20

TOTAL	3.189.257,72	2.258.593,28	TOTAL	3.189.257,72	2.258.593,28
--------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	---------------------

ATIVO FINANCEIRO	933.778,78	928.927,48	PASSIVO FINANCEIRO	86.762,84	27.978,40
ATIVO PERMANENTE	2.255.478,94	1.329.665,80	PASSIVO PERMANENTE	0,00	53.826,35

SALDO PATRIMONIAL				3.102.494,88	2.176.788,53
--------------------------	--	--	--	---------------------	---------------------

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	847.015,94	900.949,08

Belém-PA, 31 de dezembro de 2016

ADOLFO RAIMUNDO LOPES MAIA
PRESIDENTE
CAU/PA A6670-2
057.534.302-87

ALICE DA SILVA RODRIGUES ROSAS
DIRETORA FINANCEIRA
CAU/PA A18471-3
236.083.662-53

WILLIAM CORREA TORRES
CONTADOR
CRC/PA 018392
427.772.082-04

Notas Explicativas

2016 - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2016

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado está localizada na Travessa Rui Barbosa, nº 452, Bairro Reduto, Cidade de Belém-PA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 9*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (*Nota 6*) e a a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 13*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU PA, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	8
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamento de dados	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.1.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 5.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	0	0
Banco conta movimento	1.190,36	0
Aplicações financeiras	932.588,42	959.865,11
	933.778,78	959.865,11

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Todos os Saldos da Conta BB 5665, são transferidos a conta investimento Fundo Mensal (5665), sendo que neste exercício de 2016 restou um saldo de R\$ 1.190,36.

Todas as aplicações financeiras são de resgate imediato.

As aplicações financeiras no exercício de 2016 renderam R\$ 458.726,92 ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará. Sendo que a conta CDB titulo de renda fixa rendeu R\$ 17.204,00 e a Investimentos Fundos Mensal R\$ 423.247,48.

O Saldo da conta “Entidade Públicas Devedoras” no valor de R\$ 11.230,41, refere-se a retenção de IRRF que foi feita indevidamente pelo Banco do Brasil S.A. nos rendimentos da conta de Investimentos Fundos Mensal e irá ser restituída pelo mesmo, pois este conselho é isento da tal retenção.

O Saldo da conta “Devedores da Entidade” no valor de R\$ 2.198,92, refere-se a contas de energia elétrica e água da antiga sede do CAU PA, que foi debitado indevidamente, após a mudança para a nova sede do CAU PA, e que será restituída pelo corretor responsável pela locação do imóvel.

6. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	1.050.354,61	71.184,94
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	0	0
	-	-

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2016	2015
A vencer	0	0
Vencidos:	0	0
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	0	0

- -

A Entidade até este exercício de 2016 ainda não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Devido ainda não termos um histórico para a apuração de um percentual de PCLD e para que o mesmo não seja feito sem critérios objetivos, optamos que a partir do comparativo dos relatórios de 2016 e 2017, poderemos apurar o comportamento dos recebimentos dos valores pendentes de anuidades e definir o percentual de perda prevista e constituir o PCLD.

6.1 Contas a receber de anuidades

	2016	ajustes 31/12	saldo 31/12	2015
Pessoa Física do Exercício	338.108,62	258.425,81	79.682,81	34.851,76
Pessoa Jurídica do Exercício	83.654,08	22.790,08	60.864,00	12.856,55
Pessoa Física do Exercício Anterior	547.599,86	527.368,80	-	20.231,06
Pessoa Jurídica do Exercício Anterior	80.992,05	77.746,48	-	3.245,57
	1.050.354,61	886.331,17	140.546,81	71.184,94

Em dezembro de 2016 ocorreram alguns ajustes de valores a maior de anuidades a receber do exercício e do exercício anterior, conforme orientação do CAU BR, referente aos relatórios 14 e 15 do SICCAU, que indicam os valores pendentes a receber de anuidade pessoa física e Jurídica. Conforme o relatório os valores são expressos conforme tabela abaixo, e devem compor o saldo final da contabilidade em 31/12/2016, esclarecendo que foi adotado o percentual de 80% para valores a receber, pois 20% referem-se às receitas do CAU BR por partição na origem.

DADOS DO RELATÓRIO DE INADIMPLÊNCIA 14 E 15 DO PROGRAMA SICCAU

	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
P. F. Exercício	0	0	0	0	338.108,62	338.108,62
P. J. Exercício	0	0	0	0	83.654,08	83.654,08
P. F. E. Anterior	2.531,58	7.437,56	22.225,22	48.727,69	0	80.922,05
P. J. E. Anterior	78.460,94	115.259,17	151.424,03	202.455,72	0	547.599,86

7. Estoques

	2016	2015
Material de escritório	0	0
Material de limpeza	0	0
Outros materiais	0	0
	-	-

A Entidade não tem saldos no estoque de matérias de escritório, materiais de limpeza ou outros materiais.

8. Impostos a recuperar (se aplicável)

	2016	2015
ICMS a recuperar	0	0
PIS e COFINS a recuperar	0	0
IPI a recuperar	0	0
IRPJ e CSLL a recuperar	0	0
Outros impostos a recuperar	0	0
	-	-
Circulante	0	0
Não circulante	0	0
	-	-

A Entidade não tem saldos de impostos a recuperar.

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Máquinas e Equipamentos	27.492,59	12.650,71	3.821,00	5.296,41

Imóveis	1.140.000,00	43.581,58	40.161,58	6.833,16
Instalações	4.834,67	1.531,70	607,62	278,94
Veículos	42.700,00	14.811,53	4.803,72	7.686,00
Móveis e utensílios	42.020,90	11.620,62	2.900,40	4.607,03
Equipamentos de processamento de dados	25.010,87	22.325,15	9.561,07	3.537,02
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0	0	0
Obras em andamento	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Total	1.282.059,03	106.521,29	61.855,39	28.238,56

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Devido a implantação de um sistema patrimonial (sispat) para cálculo das depreciações de forma automática, pois até o exercício de 2015 era feito de forma manual, houve necessidade de se fazerem alguns ajustes de valores na contabilidade na conta de “depreciação acumulada” dos imobilizados no exercício de 2016, para que os mesmos apresentassem os mesmos valores em ambos os sistemas(siscont - contábil e sispat - patrimonial) de forma integrada.

Os ajustes são os demonstrados abaixo:

Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.646,33	0
Depreciação Acumulada de Imóveis	3.413,16	0
Depreciação Acumulada de Instalações	8,00	0
Depreciação Acumulada de Veículos	400,50	0
Depreciação Acumulada de Móveis e utensílios	4.381,91	0
Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	0	3.030,55

Ajustes de Exercícios Anteriores	0	6.819,35
Total	9.849,90	9.849,90

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do Ativo Imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Máquinas e Equipamentos	27.492,59	8.994,40	11.263,57	3.821,00	25.223,42
Imóveis	1.140.000,00	0	0	40.161,58	1.140.000,00
Instalações	4.834,67	4.600,00	0	607,62	9.434,67
Veículos	42.700,00	0	0	4.803,72	42.700,00
Móveis e utensílios	42.020,90	2.562,86	0	2.900,40	44.583,76
Equipamentos de processamento de dados	25.010,87	11.263,57	0	9.561,07	36.274,44
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0	0	0	-
Obras em andamento	0	0	0	0	-
Outros	0	0	0	0	-
Total	1.282.059,03	27.420,83	11.263,57	61.855,39	1.298.216,29

Adições

Em 2016, as adições da Conta “Máquinas e Equipamentos” englobaram 01 Condicionador de Ar Split 30.000 btus, no valor de R\$ 3.766,00 e 01 Central Telefônica PABX Digital, no valor de R\$ 5.228,40, ambos destinados ao setor de atendimento no valor total de R\$ 8.994,40.

A Conta “Instalações” engloba a aquisição de 02 Painéis Luminosos no valor total de R\$ 4.600,00, destinado a identificação da nova sede do CAU/PA.

A Conta “Móveis e Utensílios” engloba a aquisição de 05 Persianas no valor total de R\$ 2.562,86, destinado as salas da nova sede do CAU/PA.

Ajustes

Em 2016 houve necessidade de ajustarmos os valores da Conta “Máquinas e Equipamentos” e “Equipamentos de Processamento de Dados” no valor de R\$ 11.263,57, devido ao cadastro errado destes equipamentos no sistema de patrimônio(sispat).

Baixas

Não houve baixas de imobilizado neste exercício de 2016.

10. Intangível

	2016	2015
Softwares	0	0
Outros intangíveis	0	0
	-	-

A Entidade não tem softwares ou outros intangíveis.

11. Fornecedores a pagar

	2016	2015
Prestação de serviço	1.259.726,28	2.083.910,60
Fornecedor de materiais	15.539,07	21.753,59
Outros fornecedores	0	0
	1.275.265,35	2.105.664,19

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
A vencer	0	0
Vencidos:		
Até 30 dias	0	0
De 31 a 60 dias	0	0
De 61 a 90 dias	0	0
De 91 a 180 dias	0	0
	-	-

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta "Adiantamento de clientes" R\$ 1.420,36, que se referem a depósitos feitos diretamente na conta do CAU PA pelo Comando da Aeronáutica referente a Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos Arquitetos deste órgão.

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e encargos sociais	689.984,12	554.593,26
Provisão para férias e encargos sociais	71.244,41	64.921,68
IRRF a recolher	32.384,25	27.496,10
PIS e COFINS a recolher	8.009,89	110,98
Outros impostos a recolher	6.009,03	584,63
	807.631,70	647.706,65
Passivo circulante	807.631,70	647.706,65
Passivo não circulante	0	0
	807.631,70	647.706,65

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas não são parte em processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais não foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:

	2016	2015
Trabalhistas	0	0
Cíveis	0	0
	-	-

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2016
Tributários	0	0	0	0	0	-
Trabalhistas	0	0	0	0	0	-
Cíveis	0	0	0	0	0	-
Total	-	-	-	-	-	-

a. Natureza das contingências

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e não está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Não há provisões para contingências constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como improvável.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2016, não foram computados nos montantes decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma improbabilidade de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há remuneração ao presidente e aos conselheiros deste conselho de classe que correspondam a benefícios de curto prazo.

Não há benefício concedido de uso de veículos ao presidente a aos conselheiros deste conselho de classe.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria, apenas houve 01 rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza

Classificação por natureza

2016

2015

Depreciação e amortização	58.824,84	54.515,80
Despesas com pessoal	698.486,92	559.127,15
Despesas com contratação de terceiros	326.409,53	280.507,86
Impostos, taxas e contribuições	46.606,63	51.978,00
Outras receitas e despesas	2.921,58	9.316,18
	1.133.249,50	955.444,99

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2016	2015
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	2.231.470,08	1.449.925
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	1.336.648,75	1.099.349
(=) Superávit Patrimonial Apurado	894.821,33	350.576,06
Resultado Orçamentário	2016	2015
Receita Orçamentária Arrecadada	1.252.300,41	1.402.193,81
(-) Despesas Empenhadas	1.245.748,42	2.164.152,12
(=) Superávit Orçamentário Apurado	6.551,99	(761.958,31)
Resultado Financeiro	2016	2015
Saldo Disponível Apurado	933.778,78	928.927,48
(-) Passivo Financeiro	86.762,84	27.978,40

(=) Superavit Financeiro Apurado	847.015,94	956.905,88
----------------------------------	------------	------------

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	590,82
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo	1.881,48
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		2.472,30

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

*

*

*

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.252.300,41	1.402.193,81	Despesa Orçamentária	1.245.748,42	2.164.152,12
RECEITA REALIZADA	1.252.300,41	1.402.193,81	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.245.748,42	
RECEITA CORRENTE	1.252.300,41	1.402.193,81	DESPEZA CORRENTE	1.229.591,16	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	566.686,74	571.220,76	PESSOAL	698.486,92	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	566.686,74	571.220,76	MATERIAL DE CONSUMO	15.359,97	
ANUIDADES	566.686,74	571.220,76	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100.522,72	
RECEITA DE SERVIÇOS	505.811,71	569.570,62	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	225.886,81	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.614,03	3.615,62	ENCARGOS DIVERSOS	46.606,63	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	501.197,68	565.713,96	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	142.728,11	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		241,04	DESPEZA DE CAPITAL	16.157,26	
FINANCEIRAS	176.880,38	252.086,25	INVESTIMENTOS	16.157,26	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	20.278,07	26.145,30	INVERSÕES FINANCEIRAS		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	156.602,31	208.622,22			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.719,91				
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	129.882,40	208.622,22			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.921,58	9.316,18			
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.248,22	7.619,69			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-1.176,02	184,05			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	849,38	1.512,44			
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		2.164.152,12
			DESPEZA CORRENTE		1.022.627,45
			PESSOAL		559.127,15
			MATERIAL DE CONSUMO		21.753,59
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		37.836,46
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		242.671,40
			ENCARGOS DIVERSOS		51.978,00
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		109.260,85
			DESPEZA DE CAPITAL		1.141.524,67
			INVESTIMENTOS		1.524,67
			INVERSÕES FINANCEIRAS		1.140.000,00
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	140.117,80	2.235.803,83	Pagamentos Extraorçamentários	172.756,12	2.241.203,59
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	24.065,67	
Inscrição de Restos a Pagar Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	59.423,24		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.504,44	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	80.694,56		Outros Pagamentos Extraorçamentários	93.186,01	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	959.865,11	1.727.223,18	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	933.778,78	959.865,11
Caixa e Equivalente de Caixa	959.865,11		Caixa e Equivalente de Caixa	933.778,78	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	2.352.283,32	5.365.220,82		2.352.283,32	5.365.220,82

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.389.166,00	1.451.150,75	1.252.300,41	-198.850,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	640.068,00	648.616,86	566.686,74	-81.930,12
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	640.068,00	648.616,86	566.686,74	-81.930,12
ANUIDADES	640.068,00	648.616,86	566.686,74	-81.930,12
RECEITA DE SERVIÇOS	709.601,00	664.580,16	505.811,71	-158.768,45
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	4.614,03	4.614,03
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	709.601,00	664.580,16	501.197,68	-163.382,48
FINANCEIRAS	7.105,00	92.891,40	178.431,93	85.540,53
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	20.278,07	20.278,07
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	7.105,00	92.891,40	158.153,86	65.262,46
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	1.551,55	1.551,55
MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	26.719,91	26.719,91
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.105,00	92.891,40	129.882,40	36.991,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.392,00	45.062,33	1.370,03	-43.692,30
DÍVIDA ATIVA	32.392,00	45.062,33	0,00	-45.062,33
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	1.696,67	1.696,67
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	-1.176,02	-1.176,02
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	849,38	849,38
RECEITA DE CAPITAL	1.000.000,00	878.060,36	0,00	-878.060,36

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			1.000.000,00	878.060,36	0,00	-878.060,36		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE			1.000.000,00	878.060,36	0,00	-878.060,36		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS			2.389.166,00	2.329.211,11	1.252.300,41	-1.076.910,70		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			2.389.166,00	2.329.211,11	1.252.300,41	-1.076.910,70		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE			1.361.525,00	1.488.534,77	1.229.591,16	1.229.591,16	1.229.591,16	258.943,61
PESSOAL			709.132,69	724.132,69	698.486,92	698.486,92	698.486,92	25.645,77
PESSOAL E ENCARGOS			669.132,69	670.319,53	665.817,04	665.817,04	665.817,04	4.502,49
DIÁRIAS			40.000,00	53.813,16	32.669,88	32.669,88	32.669,88	21.143,28
MATERIAL DE CONSUMO			33.000,00	30.300,00	15.359,97	15.359,97	15.359,97	14.940,03
MATERIAL DE CONSUMO			33.000,00	30.300,00	15.359,97	15.359,97	15.359,97	14.940,03
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			120.000,00	146.252,16	100.522,72	100.522,72	100.522,72	45.729,44
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			40.000,00	56.252,16	46.712,98	46.712,98	46.712,98	9.539,18
DIÁRIAS			80.000,00	90.000,00	53.809,74	53.809,74	53.809,74	36.190,26
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			335.094,31	391.559,63	225.886,81	225.886,81	225.886,81	165.672,82
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			90.280,00	129.155,00	78.352,62	78.352,62	78.352,62	50.802,38
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS			50.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
SERVIÇOS PRESTADOS			134.814,31	155.804,63	98.642,15	98.642,15	98.642,15	57.162,48
PASSAGENS			60.000,00	66.600,00	48.892,04	48.892,04	48.892,04	17.707,96
ENCARGOS DIVERSOS			19.574,00	49.574,00	46.606,63	46.606,63	46.606,63	2.967,37
ENCARGOS DIVERSOS			19.574,00	49.574,00	46.606,63	46.606,63	46.606,63	2.967,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			144.724,00	146.716,29	142.728,11	142.728,11	142.728,11	3.988,18
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF			46.953,00	46.957,11	46.957,11	46.957,11	46.957,11	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	97.771,00	99.759,18	95.771,00	95.771,00	95.771,00	3.988,18
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	1.000.000,00	838.059,90	16.157,26	16.157,26	16.157,26	821.902,64
INVESTIMENTOS	200.000,00	159.999,90	16.157,26	16.157,26	16.157,26	143.842,64
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	200.000,00	159.999,90	16.157,26	16.157,26	16.157,26	143.842,64
INVERSÕES FINANCEIRAS	800.000,00	678.060,00	0,00	0,00	0,00	678.060,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	800.000,00	678.060,00	0,00	0,00	0,00	678.060,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	27.641,00	2.616,44	0,00	0,00	0,00	2.616,44
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	2.389.166,00	2.329.211,11	1.245.748,42	1.245.748,42	1.245.748,42	1.083.462,69
SUPERÁVIT	0,00	0,00	6.551,99	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.389.166,00	2.329.211,11	1.252.300,41	1.245.748,42	1.245.748,42	1.076.910,70

Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.231.470,08	1.449.925,06	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.336.648,75	1.099.349,00
CONTRIBUIÇÕES	1.545.856,41	619.538,59	PESSOAL E ENCARGOS	689.984,12	554.593,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.545.856,41	619.538,59	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	620.785,90	553.890,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.545.856,41	619.538,59	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	620.785,90	553.890,22
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	505.811,71	569.226,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL	69.198,22	703,04
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	505.811,71	569.226,73	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	69.198,22	703,04
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	505.811,71	569.226,73	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	503.936,52	419.234,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	178.431,93	252.086,25	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	15.359,97	21.753,59
JUROS E ENCARGOS DE MORA	21.829,62	26.145,30	CONSUMO DE MATERIAL	15.359,97	21.753,59
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	21.829,62	26.145,30	SERVIÇOS	429.751,71	342.964,80
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	156.602,31	225.940,95	DIARIAS	86.479,62	62.504,54
MULTAS SOBRE ANUIDADES	156.602,31	225.940,95	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	48.892,04	42.182,73
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.370,03	9.073,49	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	294.380,05	238.277,53
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	849,38	1.361,80	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	58.824,84	54.515,80
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	849,38	1.361,80	DEPRECIACAO	58.824,84	54.515,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	520,65	7.711,69	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	142.728,11	109.260,85
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.696,67	7.619,69	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	142.728,11	109.260,85
INDENIZAÇÕES	-1.176,02	92,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	142.728,11	109.260,85
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	16.260,70
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	16.260,70
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	16.260,70
Total das Variações Ativas :	2.231.470,08	1.449.925,06	Total das Variações Passivas :	1.336.648,75	1.099.349,00
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	894.821,33	350.576,06

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Total	2.231.470,08	1.449.925,06	Total	2.231.470,08	1.449.925,06

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.252.300,41	1.402.193,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	566.686,74	571.220,76
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	566.686,74	571.220,76
ANUIDADES	566.686,74	571.220,76
RECEITA DE SERVIÇOS	505.811,71	569.570,62
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.614,03	3.615,62
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	501.197,68	565.713,96
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	241,04
FINANCEIRAS	176.880,38	252.086,25
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	20.278,07	26.145,30
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	156.602,31	208.622,22
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.719,91	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	129.882,40	208.622,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.921,58	9.316,18
MULTAS DE INFRAÇÕES	3.248,22	7.619,69
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-1.176,02	184,05
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	849,38	1.512,44
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.235.803,83
OUTROS INGRESSOS	140.117,80	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPEZA CORRENTE	1.229.591,16	0,00
PESSOAL	698.486,92	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	15.359,97	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100.522,72	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	225.886,81	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	46.606,63	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	142.728,11	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.241.203,59
DESPEZA CORRENTE	0,00	1.022.627,45
PESSOAL	0,00	559.127,15
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	21.753,59
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	37.836,46
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	242.671,40
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	51.978,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	109.260,85
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	172.756,12	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-9.929,07	374.166,60
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Crédito Empenhado Pago		
INVESTIMENTOS	16.157,26	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	1.524,67
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	1.140.000,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.157,26	-1.141.524,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-26.086,33	-767.358,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	959.865,11	1.727.223,18
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	933.778,78	959.865,11



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU PA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizada na Travessa Rui Barbosa, nº 452, Bairro Reduto, Cidade de Belém-PA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 9), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6) e a a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 13). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente a previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU PA, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Quando há necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a administração realiza uma análise individualizada de cada caso.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados preponderantemente pelo almoxarifado de materiais.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	5
Veículos	8
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamento de dados	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.1.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 5.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	0	0
Banco conta movimento	1.190,36	0
Aplicações financeiras	932.588,42	959.865,11
	<u>933.778,78</u>	<u>959.865,11</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Todos os Saldos da Conta BB 5665, são transferidos a conta investimento Fundo Mensal (5665), sendo que neste exercício de 2016 restou um saldo de R\$ 1.190,36.

Todas as aplicações financeiras são de resgate imediato.

As aplicações financeiras no exercício de 2016 renderam R\$ 458.726,92 ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará. Sendo que a conta CDB título de renda fixa rendeu R\$ 17.204,00 e a Investimentos Fundos Mensal R\$ 423.247,48.

O Saldo da conta "Entidade Públicas Devedoras" no valor de R\$ 11.230,41, refere-se a retenção de IRRF que foi feita indevidamente pelo Banco do Brasil S.A. nos rendimentos da conta de Investimentos Fundos Mensal e irá ser restituída pelo mesmo, pois este conselho é isento da tal retenção.

O Saldo da conta "Devedores da Entidade" no valor de R\$ 2.198,92, refere-se a contas de energia elétrica e água da antiga sede do CAU PA, que foi debitado indevidamente, após a mudança para a nova sede do CAU PA, e que será restituída pelo corretor responsável pela locação do imóvel.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	1.050.354,61	71.184,94
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>1.050.354,61</u>	<u>71.184,94</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2016	2015
A vencer	-	-
Vencidos:	-	-
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

A Entidade até este exercício de 2016 ainda não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

6.1 Contas a receber de anuidades

	2016	ajustes 31/12	saldo 31/12	2015
Pessoa Física do Exercício	338.108,62	258.425,81	79.682,81	34.851,76
Pessoa Jurídica do Exercício	83.654,08	22.790,08	60.864,00	12.856,55
Pessoa Física do Exercício Anterior	547.599,86	527.368,80	-	20.231,06
Pessoa Jurídica do Exercício Anterior	80.992,05	77.746,48	-	3.245,57
	<u>1.050.354,61</u>	<u>886.331,17</u>	<u>140.546,81</u>	<u>71.184,94</u>

Em dezembro de 2016 ocorreram alguns ajustes de valores a maior de anuidades a receber do exercício e do exercício anterior, conforme orientação do CAU BR, referente aos relatórios 14 e 15 do SICCAU, que indicam os valores pendentes a receber de anuidade pessoa física e Jurídica. Conforme o relatório os valores são expressos conforme tabela abaixo, e devem compor o saldo final da contabilidade em 31/12/2016, esclarecendo que foi adotado o percentual de 80% para valores a receber, pois 20% referem-se às receitas do CAU BR por partição na origem.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

DADOS DO RELATÓRIO DE INADIMPLÊNCIA SICCAU

	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
P. F. Exercício	-	-	-	-	338.108,62	338.108,62
P. J. Exercício	-	-	-	-	83.654,08	83.654,08
P. F. E. Anterior	2.531,58	7.437,56	22.225,22	48.727,69	-	80.922,05
P. J. E. Anterior	78.460,94	115.259,17	151.424,03	202.455,72	-	547.599,86

7. Estoques

	2016	2015
Material de escritório	-	-
Material de limpeza	-	-
Outros materiais	-	-
	-	-

A Entidade não tem saldos no estoque de matérias de escritório, materiais de limpeza ou outros materiais.

8. Impostos a recuperar (se aplicável)

	2016	2015
ICMS a recuperar	-	-
PIS e COFINS a recuperar	-	-
IPI a recuperar	-	-
IRPJ e CSLL a recuperar	-	-
Outros impostos a recuperar	-	-
	-	-
Circulante	-	-
Não circulante	-	-
	-	-

A Entidade não tem saldos de impostos a recuperar.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2016	2015
Máquinas e Equipamentos	27.492,59	12.650,71	3.821,00	5.296,41
Imóveis	1.140.000,00	43.581,58	40.161,58	6.833,16
Instalações	4.834,67	1.531,70	607,62	278,94
Veículos	42.700,00	14.811,53	4.803,72	7.686,00
Móveis e utensílios	42.020,90	11.620,62	2.900,40	4.607,03
Equipamentos de processamento de dados	25.010,87	22.325,15	9.561,07	3.537,02
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	1.282.059,03	106.521,29	61.855,39	28.238,56

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Devido a implantação de um sistema patrimonial (sispat) para cálculo das depreciações de forma automática, pois até o exercício de 2015 era feito de forma manual, houve necessidade de se fazerem alguns ajustes de valores na contabilidade na conta de "depreciação acumulada" dos imobilizados no exercício de 2016, para que os mesmos apresentassem os mesmos valores em ambos os sistemas.

Os ajustes são os demonstrados abaixo:

Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.646,33	-
Depreciação Acumulada de Imóveis	3.413,16	-
Depreciação Acumulada de Instalações	8,00	-
Depreciação Acumulada de Veículos	400,50	-
Depreciação Acumulada de Móveis e utensílios	4.381,91	-
Depreciação Acumulada de Equipamentos de Processamento de Dados	-	3.030,55
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	6.819,35
Total	9.849,90	9.849,90

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Máquinas e Equipamentos	27.492,59	8.994,40	11.263,57	3.821,00	25.223,42
Imóveis	1.140.000,00	0	-	40.161,58	1.140.000,00
Instalações	4.834,67	4.600,00	-	607,62	9.434,67
Veículos	42.700,00	0	-	4.803,72	42.700,00
Móveis e utensílios	42.020,90	2.562,86	-	2.900,40	44.583,76
Equipamentos de processamento de dados	25.010,87	11.263,57	-	9.561,07	36.274,44
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	1.282.059,03	27.420,83	11.263,57	61.855,39	1.298.216,29

Adições

Em 2016, as adições da Conta "Máquinas e Equipamentos" englobaram 01 Condicionador de Ar Split 30.000 btus, no valor de R\$ 3.766,00 e 01 Central Telefônica PABX Digital, no valor de R\$ 5.228,40, ambos destinados ao setor de atendimento no valor total de R\$ 8.994,40.

A Conta "Instalações" engloba a aquisição de 02 Painéis Luminosos no valor total de R\$ 4.600,00, destinado a identificação da nova sede do CAU/PA.

A Conta "Móveis e Utensílios" engloba a aquisição de 05 Persianas no valor total de R\$ 2.562,86, destinado as salas da nova sede do CAU/PA.

Ajustes

Em 2016 houve necessidade de ajustarmos os valores da Conta "Máquinas e Equipamentos" e "Equipamentos de Processamento de Dados" no valor de R\$ 11.263,57, devido ao cadastro errado destes equipamentos no sistema de patrimônio(sispat).

Não houve baixas de imobilizado neste exercício de 2016.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

10. Intangível

	2016	2015
Softwares	-	-
Outros intangíveis	-	-
	-	-

A Entidade não tem softwares ou outros intangíveis.

11. Fornecedores a pagar

	2016	2015
Prestação de serviço	1.259.726,28	2.083.910,60
Fornecedor de materiais	15.539,07	21.753,59
Outros fornecedores	-	-
	1.275.265,35	2.105.664,19

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	-	-

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta "Adiantamento de clientes" que se referem a depósitos feitos diretamente na conta do CAU PA pelo Comando da Aeronáutica referente a Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos Arquitetos deste órgão.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e encargos sociais	689.984,12	554.593,26
Provisão para férias e encargos sociais	71.244,41	64.921,68
IRRF a recolher	32.384,25	27.496,10
PIS e COFINS a recolher	8.009,89	110,98
Outros impostos a recolher	6.009,03	584,63
	<u>807.631,70</u>	<u>647.706,65</u>
Passivo circulante	807.631,70	647.706,65
Passivo não circulante	-	-
	<u>807.631,70</u>	<u>647.706,65</u>

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas não são parte em processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais não foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:

	2016	2015
Trabalhistas	-	-
Cíveis	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2016
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

a. Natureza das contingências

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e não está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Não há provisões para contingências constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como improvável.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2016, não foram computados nos montantes decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma improbabilidade de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há remuneração ao presidente e aos conselheiros deste conselho de classe que correspondam a benefícios de curto prazo.

Não há benefício concedido de uso de veículos ao presidente a aos conselheiros deste conselho de classe.

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria, apenas houve 01 rescisão de contrato de trabalho.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação e amortização	58.824,84	54.515,80
Despesas com pessoal	698.486,92	559.127,15
Despesas com contratação de terceiros	326.409,53	280.507,86
Impostos, taxas e contribuições	46.606,63	51.978,00
Outras receitas e despesas	2.921,58	9.316,18
	<u>1.133.249,50</u>	<u>955.444,99</u>

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	2.231.470,08	1.449.925,06
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	1.336.648,75	1.099.349,00
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>894.821,33</u>	<u>350.576,06</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.252.300,41	1.402.193,81
(-) Despesas Empenhadas	1.245.748,42	2.164.152,12
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>6.551,99</u>	<u>(761.958)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo Disponível Apurado	933.778,78	928.927,48
(-) Passivo Financeiro	86.762,84	27.978,40
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>847.015,94</u>	<u>956.905,88</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	590,82
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 veículo	1.881,48
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<hr/> <hr/> <u>2.472,30</u>

17. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

18. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1º de Janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário a sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação.

*

*

*